



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 003/2019**

DADOS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA		
COD. DA UNID. GESTORA 153063	COD. DA GESTÃO 15230	CNPJ 34.621.748/0001-23
ENDEREÇO Rua Augusto Corrêa, nº 01, Cidade Universitária "Prof. José da Silveira Netto".		
MUNICÍPIO/UF Belém, PA	CEP 66075-110	TELEFONE (91)3201-7115
REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE DESCENTRALIZADA		
CPF 153.515.992-87	NOME DO REPRESENTANTE LEGAL Emmanuel Zagury Tourinho	
TELEFONE (91)3201-7115	EMAIL reitor@ufpa.br	CARGO Reitor
DADOS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA		
COD. DA UNID. GESTORA 533013	COD. DA GESTÃO 53202	CNPJ 00.043.711/0001-43
ENDEREÇO Travessa Antônio Baena, 1113 – Bairro do Marco		
MUNICÍPIO/UF Belém/PA	CEP 66.093-082	TELEFONE (91) 4008-5440
REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA		
CPF 614.535.872-68	NOME DO REPRESENTANTE LEGAL Paulo Roberto Correia da Silva	
TELEFONE (91) 4008-5444	EMAIL gabinete@sudam.gov.br	CARGO Superintendente
OBJETO E JUSTIFICATIVA DA DESCENTRALIZAÇÃO DO CRÉDITO		
IDENTIFICAÇÃO (TÍTULO / OBJETO DA DESPESA) Programa de Formação em Meio Ambiente para a Gestão da Bacia Hidrográfica do Rio Marapanim (PA).		
OBJETIVO O objetivo do trabalho é proporcionar informação e conhecimento técnico e científico a fim de subsidiar a ação pública, os diversos atores locais e agentes públicos e privados, na tomada de decisões consoante ao Gerenciamento Integrado da Bacia Hidrográfica do Rio Marapanim (Estado do Pará), na perspectiva do planejamento do desenvolvimento local. Os específicos são: a. Proporcionar o diálogo entre Ciência, técnica e saberes locais de forma a empoderar os diversos atores e agentes públicos e privados para o estabelecimento de ações consoante o uso, o aproveitamento e a gestão dos recursos naturais; b. Sistematizar e organizar dados e informações técnicas e científicas relativas às características físicas e naturais da bacia hidrográfica, assim como as diversas formas de apropriação, uso e aproveitamento dos recursos naturais, em especial relativo aos impactos sobre os recursos hídricos; c. Proporcionar a difusão de informações e conhecimentos técnicos e científicos da bacia hidrográfica do rio Marapanim por meio de palestras, minicursos e oficinas.		
PÚBLICO ALVO <ul style="list-style-type: none">• Membros de comunidades rurais;• Lideranças comunitárias;• Técnicos de prefeituras, professores;• Gestores municipais;• Membros de ONGs e sociedade civil organizada;• Membros de organizações do setor produtivo;• Membros do setor produtivo.		
JUSTIFICATIVA O NUMA atua, desde 1992, na capacitação de profissionais na área de Meio Ambiente, formando especialistas, mestres doutores, e contribuindo para o desenvolvimento de pesquisas nesse campo de estudo. No que tange à formação de pessoas para a gestão de recursos naturais, a atuação do NUMA faz-se em vários níveis, desde a oferta de minicursos, cursos e palestras, mas também por meio de dois programas já consagrados: o Programa de Formação Interdisciplinar em Meio Ambiente (PROFIMA), responsável por cursos de extensão, aperfeiçoamento e especializações (pós-graduação lato sensu) em diversas áreas ambientais, há 26 anos; e o programa de pós-graduação (stricto sensu) intitulado Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia (PPGEDAM). O PPGEDAM tem reconhecimento nacional e internacional na atuação para a gestão dos recursos naturais, tanto que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), órgão máximo da organização e avaliação dos Programas de Mestrado e Doutorado no país, atribuiu-lhe nota máxima (Nota 5 para programas Profissionais). Internacionalmente, o PPGEDAM atua em parceria com diversos pesquisadores de países como Cuba, França, Espanha, Itália, Reino Unido, Martinica, Alemanha, Portugal. O Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará tem destacada atuação no Nordeste Paraense e na Zona Costeira do Estado do Pará, regiões que integram a Bacia Hidrográfica do Rio Marapanim, seja em estudos técnico-científicos e na formação de graduandos, especialistas, mestres e doutores, seja em conselhos de reservas extrativistas e assessoramento municipal (ver APÊNDICE). Subsidiar a ação pública local da gestão dos recursos naturais, na perspectiva do desenvolvimento local, constitui um dos seus		

principais objetivos.

O PROGRAMA DE FORMAÇÃO PARA GESTÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO MARAPANIM (PROBHM) propõe-se a dar formação voltada à compreensão aprofundada da realidade amazônica, em especial, da Bacia Hidrográfica do Rio Marapanim, a partir de uma visão interdisciplinar, orientada de forma inovadora e crítica e apoiada em sólida e contínua discussão metodológica.

Nesse sentido, a principal finalidade do programa é contribuir para uma nova formação básica e especializada de diversos atores sociais e agentes públicos e privados, de modo a capacitá-los a intervir na sociedade, com fundamentação técnica e científica, para a apresentação de soluções ou mesmo para minimizar as questões relacionadas ao uso, aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais, com ênfase nos recursos hídricos. A perspectiva é dar suporte a utilização sustentável dos recursos naturais, considerando as trajetórias de desenvolvimento dos municípios integrantes da bacia hidrográfica e, ao mesmo tempo, as evoluções tecnológicas, científicas e culturais, manifestas em todos os campos do saber, na perspectiva do desenvolvimento de ações públicas, assim como da sociedade civil e agentes privados.

O NUMA/UFPA participa da organização pró-comitê da bacia hidrográfica do rio Marapanim, desde 2015, dando apoio técnico sobre a instrução da gestão dos recursos hídricos, modelos e formas de atuação por meio de estratégias locais. O rio Marapanim é o principal curso d'água que drena uma área de cerca de 2.425,6 km², no Nordeste paraense (MENDES & SOARES 2019). A bacia hidrográfica do rio Marapanim faz parte de 12 (doze) municípios, a saber: Santa Izabel do Pará, Vigia de Nazaré, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, Castanhal, Igarapé-açu, Terra Alta, Curuçá, Marapanim, Magalhães Barata, São Francisco do Pará e Maracanã (MACEDO & MENDES 2015). A região possui uma população de cerca de 182 mil pessoas, divididas em 224 setores censitários, que possuem 46.759 domicílios (MENDES, SOARES & ROCHA, no prelo), segundo o censo demográfico de 2010 (IBGE 2010).

Há mais de 13 anos existem movimentos sociais que se organizam em favor da garantia das águas da bacia. Os relatos da diminuição do volume e da qualidade das águas dos rios da região são frequentes. Historicamente, o modelo de ocupação do solo da bacia tem sido a retirada da cobertura vegetal, sem livrar sequer a mata ciliar e áreas de nascentes de rios e igarapés. O resultado são os transbordamentos dos cursos d'água pelo assoreamento e estreitamento de suas margens. Estas alterações severas no ciclo hidrológico repercutem socialmente, pois a disponibilidade da água passa a ser modificada, assim como a qualidade, em face do lançamento, nos corpos d'água superficiais, de esgoto sanitário e de outros rejeitos sem qualquer tratamento.

Os movimentos sociais, que, inicialmente, eram localizados e apenas organizavam ações de limpezas de rios e igarapés, cresceram, e, no ano de 2016, tomaram força, o que culminou em uma grande conferência, com a participação de representantes dos 12 municípios, exigindo a criação do comitê de bacia hidrográfica do rio Marapanim, como forma de conter e reverter os danos hidrológicos e ambientais na bacia (PRÓ-COMITÊ 2016). Atualmente, o movimento pró-comitê envolve não somente a sociedade civil organizada, mas também os poderes públicos locais e estadual, agentes privados e instituições de ensino e pesquisa, como o Núcleo de Meio Ambiente (NUMA) da UFPA. A gestão dos recursos hídricos no Brasil define que a decisão sobre esses recursos deve ser descentralizada e participativa, na qual diversos setores da sociedade, usuários da água e poder público se reúnem em forma de comitê de bacia hidrográfica (parlamento das águas) e definem o modelo de gestão das águas, que culmina em diretrizes de uso dos recursos hídricos da bacia.

Esse arcabouço está intimamente ligado ao desenvolvimento local, posto que a disponibilidade da água em quantidade e qualidade garante a vida cotidiana da população, seja para a produção agrícola, a industrial e a pesca, seja para o abastecimento. Diante do exposto, a decisão sobre a gestão das águas de forma participativa requer informação e conhecimento. Conhecimento sobre a interação da água com os demais elementos naturais (animais, solo, clima, vegetação) e a sociedade local.

O conhecimento desses mecanismos de interação garante a compreensão do uso do solo e de suas consequências. Assim, em termos físico-naturais e sociais, o território será reconhecido em suas amplas possibilidades. Definir necessidades e dar prioridade de uso é papel que os representantes membros do comitê precisam ter claramente, para não incorrer em erros que possam piorar a situação local de cada município, cada subbacia, cada comunidade. A base desse conhecimento está posta na compreensão de que o uso das águas deve servir para garantir o acesso em quantidade e qualidade adequados ao contexto, mas sem perder a perspectiva do desenvolvimento em cada espaço da bacia, o que chamamos de desenvolvimento local, em que a governança é baseada na participação, como garante a política nacional de recursos hídricos. Para dar suporte à gestão dos recursos hídricos da bacia, apresenta-se um Programa de Formação e Interação com os diversos seguimentos sociais da bacia, nas diversas escalas de abrangência.

Esse Programa estabelece ações que estão voltadas para munir a população local de conhecimentos e possibilitar atuação concreta frente aos desafios e à necessidade de utilização dos recursos naturais, garantir sua manutenção e ainda assim prover meios para o desenvolvimento local (incluindo naturalmente a geração de renda).

Nessa perspectiva, a formação é requerida tanto para os membros do comitê, quanto para a população representada, que atua no dia a dia para o sucesso da gestão: garantir que as nascentes sejam recuperadas e que sejam mantidas; controlar o desmatamento, especialmente das nascentes e da mata ciliar; desenvolver programas ampliem sobremaneira a infiltração da água no solo e desacelere os processos erosivos, entre outros.

Com estas perspectivas, a execução desta proposição contribuirá para a disponibilidade hídrica (superficial e subterrânea, em quantidade e qualidade) na bacia hidrográfica do rio Marapanim e em todas as suas subbacias, nos 12 municípios. Sabendo que o fornecimento seguro de água é fator fundamental para a produção rural (agricultura, pecuária, piscicultura, entre outros), industrial (polpa de frutas, filetagem de pescado, dendê, carne de caranguejo, beneficiamento de mandioca, etc.), entre outros empreendimentos, as ações desta proposição contribuem com a promoção e estruturação de atividades produtivas voltadas ao desenvolvimento regional e territorial, sem faltar água ao abastecimento das populações urbanas e rurais.

O Programa conta com um formato de atuação em duas dimensões: escala territorial e atuação social. A escala territorial prevê a atuação em áreas rurais e urbanas, nos doze municípios da bacia, proporcional à população residente da bacia. Quanto à atuação social, está prevista a participação da população em geral, lideranças sociais, técnicos dos poderes públicos locais, professores, gestores públicos locais e parlamentares locais. Membros de organizações não governamentais e empresariais também fazem parte do público alvo.

Os formatos de atuação na formação serão sempre metodologicamente direcionados a cada grupo específico, seja pela escala territorial (comunidade, município, bacia), seja pelo tipo de atuação (comunitários, lideranças, técnicos, gestores, ONGs, setor empresarial, gestores municipais, parlamentares). Também é possível que membros de escalas territoriais diferenciadas e de atuações sociais diversas possam participar conjuntamente, o que será avaliado, de acordo com o contexto.

Os cursos darão vastas oportunidades à população da bacia em termos de acesso à informação e ao conhecimento formal e informal, para entender e interagir com os recursos naturais, garantindo ação em favor de sua manutenção e de seu desenvolvimento. Essa compreensão e atuação definem claramente as relações entre sociedade e ambiente de que aquela faz parte.

RELAÇÃO ENTRE AS PARTES

I - Para atingir o objeto pactuado, as partes comprometem-se a disponibilizar as informações necessárias para o bom andamento das atividades do projeto, bem como a cumprir as seguintes obrigações:

II - Compete à Sudam:

- a) Encaminhar para publicação o Termo de Execução Descentralizada no sítio da Sudam;
- b) Efetuar a descentralização dos créditos orçamentários, em conformidade com o cronograma de desembolso;
- c) Efetuar o repasse do recurso financeiro pactuado no cronograma de desembolso, condicionado à liquidação da despesa, pela unidade descentralizada;
- d) Acompanhar a execução física do objeto e verificar sua adequação por meio do Relatório de Cumprimento do Objeto apresentado;

e) Registrar no SIAFI os valores a liberar formalizados por TED de forma a garantir a liberação dos recursos financeiros no exercício seguinte.

III - Compete a unidade descentralizada:

- a) Executar o objeto de acordo com o proposto no presente TED;
- b) Acompanhar a execução física e financeira do Objeto;
- c) Adotar todas as medidas necessárias à correta execução do objeto;
- d) Informar à Sudam sobre a liquidação da despesa via comunicação no SIAFI;
- e) Apresentar, quando necessário, proposta de termo aditivo devidamente justificada em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término da vigência do TED;
- f) Manter arquivado o projeto básico ou termos de referência, com o devido detalhamento da estimativa de custos dos bens e serviços utilizados para elaboração do TED, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data de comprovação do cumprimento do objeto, pela Sudam;
- g) Efetuar o registro e controle patrimonial dos bens de natureza permanente adquiridos com recursos do TED;
- h) Assegurar e destacar a participação da Sudam em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto deste Termo;
- i) Restituir à Sudam o saldo eventualmente existente na data de encerramento, denúncia ou rescisão do TED, ou ainda, devolver o valor integral transferido, em caso de inexecução do objeto ou utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no TED;
- j) Os saldos dos créditos orçamentários descentralizados e não empenhados, bem como os recursos financeiros não utilizados, deverão ser devolvidos até 15 dias antes da data estabelecida anualmente pela norma de encerramento do correspondente exercício financeiro divulgada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, do Ministério da Fazenda;
- k) Informar a Sudam, até 31 de dezembro de cada ano, o valor total que será inscrito em restos a pagar.

IV - Do acompanhamento e da apresentação do Relatório de Cumprimento do Objeto:

- a) A unidade descentralizada deverá apresentar Relatório Parcial de Cumprimento do Objeto no prazo 3 (três) meses (conforme acompanhamento do objeto);
- b) A unidade descentralizada deverá apresentar Relatório de Cumprimento do Objeto, até 60 dias após a vigência do TED;

Informar, nas contas anuais da entidade, os créditos executados por descentralização, aos órgãos de controle.

VIGÊNCIA

Este TED terá vigência de 03 (três) meses, contados a partir da sua publicação no sítio da Sudam, podendo ser prorrogada, mediante termo aditivo, por solicitação da unidade descentralizada, devidamente fundamentada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término.

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

PROGRAMA DE TRABALHO	PLANO INTERNO	FONTE	NAT. DESPESA	VALOR (EM R\$ 1,00)
15.244.2029.7k66.0025	37960002PA	188	3.3.90.14	14.200,00
15.244.2029.7k66.0025	37960002PA	188	3.3.90.30	9.000,00
15.244.2029.7k66.0025	37960002PA	188	33.90.36	171.100,00
15.244.2029.7k66.0025	37960002PA	188	33.90.39	52.000,00
15.244.2029.7k66.0025	37960002PA	188	33.90.95	13.700,00
TOTAL				260.000,00

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

META	DESCRIÇÃO	PRAZO (EM MESES)
Organização de dados quantitativos e qualitativos relativos às características ambientais, às formas de uso e à apropriação dos recursos naturais, assim como definição de áreas mais sensíveis e críticas, no que diz respeito aos usos múltiplos dos recursos hídricos.	Dados quantitativos e qualitativos relativos às características ambientais, às formas de uso e à apropriação dos recursos naturais	3 meses
Criar um acervo relativos às demandas econômicas, sociais e ambientais, no que concerne à efetivação de políticas públicas para o fortalecimento da gestão sustentável da bacia hidrográfica	Criação de acervo relativos às demandas econômicas, sociais e ambientais, no que concerne à efetivação de políticas públicas para o fortalecimento da gestão sustentável da bacia hidrográfica	3 meses
Subsidiar o futuro comitê gestor da bacia hidrográfica do Rio Marapanim, por meio da formação e capacitação dos membros e entes representativos do Comitê	Apoiar a criação comitê gestor da bacia hidrográfica do Rio Marapanim, por meio da formação e capacitação dos membros e entes representativos do Comitê	3 meses
Atender aos doze municípios integrantes da Bacia Hidrográfica por meio de palestras, oficinas e minicursos referentes à problemática de uso, aproveitamento e à gestão dos recursos naturais	Atendimento aos doze municípios integrantes da Bacia Hidrográfica por meio de palestras, oficinas e minicursos referentes à problemática de uso, aproveitamento e à gestão dos recursos naturais	3 meses
Publicação de Relatórios técnico-científicos referente a cada atividade desenvolvida na Bacia Hidrográfica	Publicação de Relatórios técnico-científicos referente a cada atividade desenvolvida na Bacia Hidrográfica	3 meses
Instrumentalizar 600 pessoas, no que diz respeito ao conteúdo das atividades a serem desenvolvidas (palestras, minicursos e oficinas)	Instrumentalização de 600 pessoas mediante palestras, oficinas e minicursos.	3 meses
Instrumentalizar 100 pessoas, no que diz respeito aos instrumentos de gestão de bacias hidrográficas, assim como a legislação atual referente às políticas (nacional e estadual) de gestão dos recursos hídricos	Instrumentalização de 100 pessoas sobre gestão de bacias hidrográficas.	3 meses

FÍSICO

FINANCEIRO

UNIDADE	QUANTIDADE	N. DA PARCELA	LIBERAÇÃO (MÊS)	VALOR (EM R\$ 1,00)
1. Programa de Formação em Meio Ambiente para a Gestão da Bacia Hidrográfica do Rio Marapanim (PA).	1	1	Dezembro	260.000,00

TOTAL	260.000,00
--------------	-------------------



Documento assinado eletronicamente por **Emmanuel Zagury Tourinho, Usuário Externo**, em 11/12/2019, às 10:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto Correia da Silva, Superintendente**, em 11/12/2019, às 12:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0210410** e o código CRC **94920E19**.